(Rev. 23.4.84)

TL3917

T I M O R - L E S T E

D E Z A N O S D E P O I S D E A B R I L

U M A D E S C O L O N I Z A Ç Ã O A I N D A P O R F A Z E R

1.- As Forças Armadas Indonésias recorrem a "todos os meios ao seu dispôr", "sem piedade", e... confirmam que a vitória militar é impossível!

2.- A Igreja toma, finalmente, posição.

3.- A pseudo-solução "Irian Jaya" (Guiné Papua Ocidental).

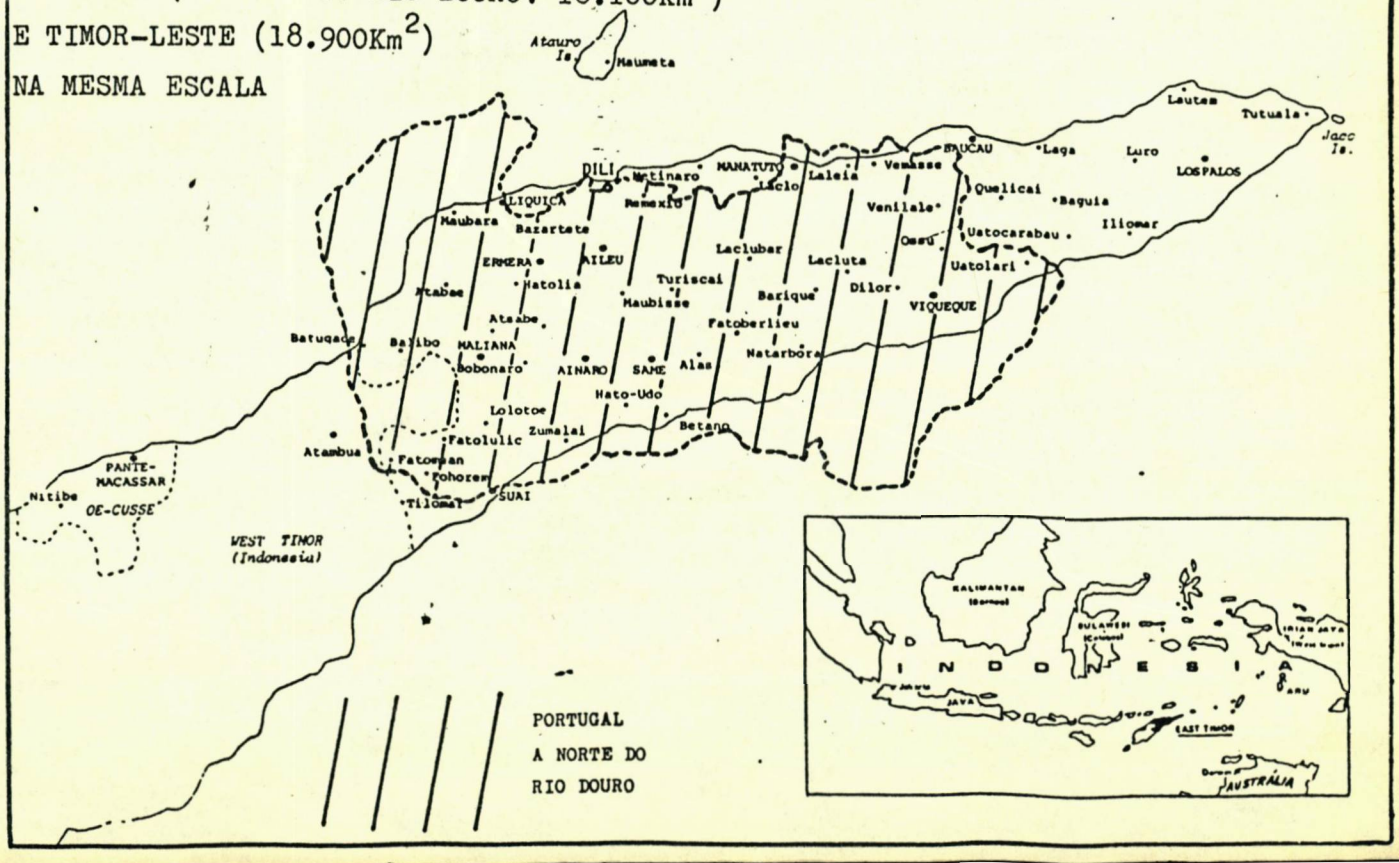
4.- Estado Português:- Responsável ou ignorante?

5.- Uma descolonização a fazer.

Porto, Abril de 1984, António Pinto Barbedo de Magalhães

Barbedo de Magalhães

MAPA COMPARATIVO DAS DIMENSÕES DE PORTUGAL (A NORTE DO RIO DOURO: 18.100Km^2) E TIMOR-LESTE (18.900Km^2) NA MESMA ESCALA



1.- AS FORÇAS ARMADAS INDONÉSIAS RECORREM A "TODOS OS MEIOS AO SEU DISPOR", "SEM PIEDADE" E... CONFIRMAM QUE A VITÓRIA MILITAR É IMPOSSÍVEL!

Em 25 de Junho de 1983 o General Benny Murdani, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Indonésias e Chefe da Kopkamtib (Comando Operacional para a Restauração da Segurança e da Ordem), em carta enviada ao dirigente máximo da Fretilin, Xanana Gusmão, afirmava:

> «Não ousem pensar que têm alguma possibilidade de se desenvencilharem da situação em que se encontram. Não tenham ilusões quanto à possibilidade de receberem assistência de outros países. Não há país neste globo que vos possam ajudar. O nosso Exército está preparado para vos destruir, caso não estejam dispostos a colaborar com a nossa República. Nós estamos a preparar uma operação que terá lugar em Agosto». (JN, 1.8.83)

Em Agosto de 1983 o jornal Sinar Harapan, de Jakarta, cita o mesmo general, que é o homem que concentra maiores poderes, na Indonésia, a seguir ao Presidente Suharto, e que afirma (ver JN ou CP de 17.8.83):

> «se os guerrilheiros da Fretilin não aceitarem a oferta de amnistia feita pelo governo em Timor Leste, então o governo desencadeará um golpe decisivo».
> «Desta vez não haverá mais brincadeiras e não haverá misericórdia», acrescentou. «Não posso deixar a unidade do país ser destruída».
> «As Forças Armadas usarão todos os meios que possuem numa operação de limpeza para varrer os rebeldes que restam da Fretilin».

O General prometeu e cumpriu.

De facto, em 17 de Agosto - aniversário da independência da República da Indonésia-, desencadeava uma violentíssima acção militar, envolvendo dezenas de milhar de soldados indonésios, dispondo de todo o género de equipamentos sofisticados, fornecidos pelos Estados Unidos, pela Grã-Bretanha, pela França, pela Holanda e por outros países civilizados e com tradições na defesa dos Direitos do Homem.

Mas o General Benny Murdani também previu o termo total da rebelião até 5 de Outubro de 1983, e prometeu apresentar em Jakarta, nessa data - que é a festa das Forças Armadas indonésias - importantes trofeus da guerra de Timor. Pensava, naturalmente, em apresentar o Comandante-em-Chefe das Falintil, Xanana Gusmão, vivo ou morto, e outros dirigentes da guerrilha.

Mas essa promessa não a cumpriu o Comandante-em-Chefe indonésio.

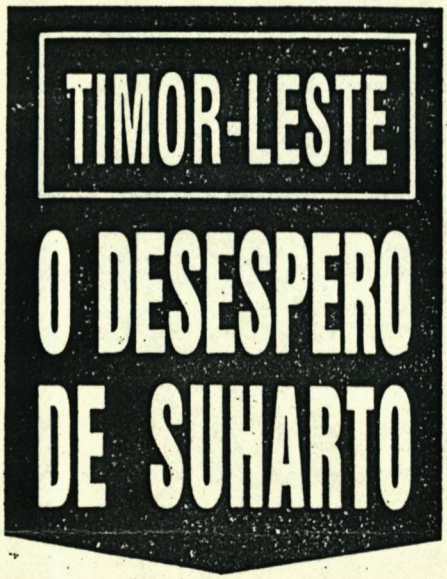
Não só não conseguiu apanhar nenhum dirigente da Fretilin, até hoje, como teve que adiar, sucessivas vezes, a data de termo do estado de excepção em Timor-Leste.

Em meados de Outubro de 1983 o "Governador" do território, Mário Carrascalão, já era mais prudente, mas ainda afirmava (ver JN de 17.10.83):

-"Creio que tudo estará terminado dentro de meses. Creio que no espaço de alguns meses a situação em Timor-Leste estará completamente normal"...

Segundo o correspondente do JN (Jornal de Notícias) em Londres, Gilberto Ferraz, foi o próprio Presidente Suharto quem clamou por uma"limpeza geral" da resistência maubere. A impaciência do Presidente indonésio atingiu o auge quando soube que os guerrilheiros da Fretilin tinham efectuado um ataque extremamente mortífero a uma companhia de comandos de elite estacionada em Dili, em 12.9.83.

Mas ainda nessa altura o General Murdani pensava acabar a"limpeza" com exito até 5 de Outubro!... (JN 1.10.83)



MILHÕES DE DÓLARES NA «OPERAÇÃO DE LIMPEZA»

Por GILBERTO FERRAZ (correspondente JN em Londres)

(...)

Segundo o próprio genro do presidente Suharto, de acordo com as nossas fontes, comentando a situação em Timor-Leste ao pai, teria afirmado que **«as coisas lá (em Timor-Leste) estão a tornar-se muito difíceis para nós. O povo, a quem no passado assistimos e que estava do nosso lado, virou-se agora contra nós»**. Foi, portanto, a impaciência do general Murdani, aliada ao desgaste na própria liderança indonésia, que teriam contribuído para o intensificar da luta a partir do início de Setembro. Desde então, a Indonésia desembarcou em Timor-Leste, no princípio do mês passado, 20 batalhões (fuzileiros navais, destacamentos de mobilização rápida, brigadas móveis e comandos), seguindo-se-lhe, duas semanas depois, numa nova operação (Operasi Sapubersih) — «operação de limpeza geral», decretada pelo próprio presidente, que envolveu o envio de mais 30 batalhões, pelo que o custo actual da guerra em Timor-Leste orça em cerca de um bilião de rupias indonésias por dia (ou seja um milhão de dólares). Tudo isto para obedecer ao plano que prevê o termo total da «rebelião» até ao dia 5, segundo os planos delineados pelo general Benny Murdani.

Em Janeiro de 1984 Jakarta ainda previa que as operações pudessem terminar no mês seguinte (ver DL de 3.1.84)

Na impossibilidade de vencerem a guerrilha, as tropas indonésias vingam-se sobre a população indefesa das aldeias. Apesar do completo bloqueio informativo da ilha, algumas notícias conseguem chegar ao exterior, anunciando a chacina de po voações inteiras (ver o DN de 15.9.83, por exº).

Em resultado das ofensivas das forças ocupantes desencadeadas a partir de Agosto, a fome e a doença grassam em Timor. Tal facto preocupa o novo administrador apostólico de Dili, Monsenhor Ximenes Belo, que expressa as suas preocupações pela grave situação alimentar e sanitária por várias vezes, nomeadamente através de uma carta de Dezembro. O próprio "Governador", Mário Carrascalão, afirmou, pela mesma altura, que 25% da população precisava de uma ajuda urgente do Governo...

Não conseguindo ganhar a guerra, os militares indonésios vão, no entanto, prendendo, violando, torturando, fazendo "desaparecer" e matando o povo Maubere. Uns são mortos a tiro, outros, lançados de helicóptero ou esquartejados, outros são apanhados pelos bombardeamentos maciços e indis-

criminados de plantações, habitações, florestas, montes e vales, além dos que, ficando sem as suas hortas, vão morrendo de fome.

Ao fim de seis meses de "golpe decisivo", e apesar de não ter havido nem "brincadeiras", nem "misericórdia" por parte das forças de ocupação, as autoridades indonésias são obrigadas a reconhecer que "os combates são mais duros" que o previsto e que "as perdas são excessivamente elevadas", como se pode ler, por exemplo no CP (Comércio do Porto) de 22.2.84:

> Os confrontos foram mortíferos sobretudo no fim de Dezembro e princípio de Janeiro. Uma trintena de militares indonésios, entre os quais um oficial, foram mortos nessa época, precisam as fontes. Do lado indonésio, limitam-se a indicar que «os combates são mais duros» que o previsto e que «as perdas são excessivamente elevadas».
>
> As operações militares, que mobilizam 10 mil a 12 mil homens apoiados por helicópteros, blindados AMX 13 e aviões de luta antiguerrilha «Bronco OV 10», deveriam terminar em Janeiro ou Fevereiro, mas serão prolongadas «pelo menos» até ao fim de Abril, acrescentaram as mesmas fontes.

Em Fevereiro de 1984 um adido militar ocidental que visitou Timor-Leste afirma:

-"E uma ferida aberta". Os indonésios "tentaram uma aproximação dirigida aos corações e à razão, mas não resultou. Agora voltaram à política de dureza, e não está a dar melhores resultados. E a situação está em vias de se prolongar indefinidamente, até todos nós envelhecermos"...

O jornalista Bryan Johnson, do Globe and Mail, de Toronto, Canadá, que cita estas palavras, conclui:

-"Este cansado pessimismo surge, naturalmente, naqueles que têm vindo a acompanhar os acontecimentos em Timor-Leste, Desde que os portugueses abandonaram o território e a Indonésia o invadiu em 1975".

E, no mesmo artigo, publicado em 10.2.84, volta a citar o adido militar ocidental, que afirma, acerca de Timor:

-"É uma terra infernal para se encontrar alguém". "E ainda pior para tentar lutar contra eles..."

O próprio general indonésio Ali Murtopo, um dos principais arquitetos da invasão, que em 1975 julgava que controlaria inteiramente Timor em poucos dias, embora minimize a força e a importância da resistência, não deixa de se mostrar igualmente pessimista, ao dizer (como cita o já referido artigo do jornal canadiano):

-"Quanto mais pequena a guerrilha, mais difícil é apanhá-la". E acrescenta: "Isto é particularmente verdadeiro em Timor-Leste, porque o padrão de vida é tão baixo que o povo está habituado a viver virtualmente com nada. Vivem no seu próprio meio. Sabem onde está a água. E os soldados, não."

Claro que o general Ali Murtopo não diz que a guerrilha consegue

esconder-se, sobreviver, e até fazer ataques que provocam perdas "excessivamente elevadas", em combates "mais duros" que o previsto, não apenas porque o terreno é propício, mas também, e sobretudo, porque tem o apoio de pràticamente todo o povo. Além disso, se geralmente as forças indonésias "disparam contra sombras", como diz o mesmo general, é porque os seus soldados preferem atirar contra nada, do que encontrar e enfrentar a Fretilin!

Nesta guerra de nervos, metade do exército indonésio desfaz o que a outra metade quer tentar fazer. E antes das Forças Armadas indonésias desencadearem qualquer operação, já a Fretilin sabe onde e quando essa operação vai ter lugar...

O que o General Murtopo não disse (nem poderia dizer), é que a resistência conta com a compreensão e até o apoio não só de muitos soldados e oficiais indonésios, como até de companhias e batalhões inteiros, que se têm recusado a combater.

O que as autoridades indonésias não confessam é que não conseguem manter as suas tropas em Timor mais do que alguns escassos meses. Estas nunca chegam a conhecer o terreno. E, mal chegam, o que querem é partir ràpidamente desse perigoso inferno.

E também não explicam que, graças à divisão entre os generais e as tropas operacionais (que sofrem a guerra) e os generais e comandos da logística (que ganham com a guerra), as fugas de informações são constantes... e muitas operações militares não passam duma farsa, mal representada, por um exército cada vez mais desmoralizado!...

Segundo notícias recentes, as Forças Armadas indonésias - que em Agosto tinham prometido apanhar e destruir a direcção da resistência -, já deixaram de procurar e combater a Fretilin. E o que se pode ler no artigo seguinte (CP de 12.4.84), por exemplo:

EM VEZ DO CONFRONTO ESMAGAR PELA FOME

Segundo estas fontes, os soldados indonésios já não procuram o confronto com os «rebeldes», mas tentam «reduzi-los à fome» bloqueando-os nas montanhas.

Por outro lado, os guerrilheiros além de recuperarem armas durante os combates, indicam as fontes, podem igualmente abastecer-se graças a um mercado negro local de armas mas sobretudo de munições. Não é raro, segundo várias fontes em Jacarta, que soldados indonésios no termo dos seus mandatos em Timor-Leste revendam as suas munições.

2.- A IGREJA TOMA, FINALMENTE, POSIÇÃO

Toda a gente sabe que Monsenhor Martinho da Costa Lopes - administrador apostólico da diocese de Dili desde que, em 22 de Outubro de 1977, o último bispo português, D. José Joaquim Ribeiro, resignou, e até à sua própria resignação, em 11 de Maio de 1983 -, foi um enérgico defensor dos direitos do Povo Maubere.

As denúncias que frequente e claramente fez, de gravíssimas chacinas perpetradas pelas forças de ocupação indonésias, e das situações de fome e miséria resultantes das operações militares, mereceram-lhe várias chamadas de atenção e até ameaças de morte por parte dos indonésios.

A experiência da integração forçada de Timor-Leste na República do gigante vizinho e a tenaz e generalizada resistência do seu povo a essa integração, levaram-no a concluir que só a independência poderia trazer a paz ao território.

Quando, em 11 de Maio de 1983, a Santa Sé anunciou a nomeação, para o mesmo cargo, de Monsenhor Carlos Filipe Ximenes Belo, esta substituição foi entendida, por muita gente - nomeadamente pelas Autoridades Indonésias - como uma cedência do Vaticano relativamente a Jakarta, e um gesto de apaziguamento tendente a criar um clima favorável à visita que o Papa João Paulo II tinha previsto fazer a esse país em 1984.

O entendimento dos governantes portugueses parece ter sido o mesmo, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros chegou a sugerir que, se a"diplomacia mais antiga do mundo" se preparava, com esta substituição, para reconhecer a integração de Timor-Leste na Indonésia, Portugal também não teria outra alternativa senão aceitar a integração como "um facto consumado".

Monsenhor Ximenes Belo, um jovem padre salesiano que aceitara um passaporte indonésio para regressar à sua terra, parecia ser bem visto pelas autoridades desse país, e alguns sopunham que seria "o bispo integracionista".

No entanto, numa entrevista ao semanário católico de Macau, "O Clarim", publicado em 12 de Agosto de 1983, é ele mesmo quem responde ao jornalista João Severino, nos termos que a seguir se transcrevem:

- Como interpreta o Sr. Bispo, o aumento do número de católicos?

- "Trata-se de uma resolução generalizada de um povo que procura em nós, a defesa da sua identidade."

- Pensa que a integração é um facto consumado?

- "Eu penso que a nível internacional, particularmente nas Nações Unidas, o facto ainda não está consumado. Por outro lado, dentro do território ainda existe uma resistência armada. Simultaneamente posso dizer que dentro dos corações dos timorenses continua uma resistência pacífica à ideia. No que respeita à Igreja Católica, nós não tomamos posição política, mas a Igreja de Timor está pronta e decidida a defender os direitos fundamentais da pessoa humana e sobretudo, a defender o direito do povo timorense existir como povo de identidade e cultura próprias.

Em 17 de Novembro de 1983 é a Conferência Episcopal Indonésia que, em carta ao Administrador Apostólico, aos Sacerdotes, irmãos e irmãs da Diocese de Dili manifesta, pela primeira vez, de forma oficial e inequívoca, a sua solidariedade e a sua preocupação com a Igreja e com o povo de Timor-Leste "que estão a ser submergidos, tanto física como espiritualmente, pelas mais duras provações". (...) "Esforçamo-nos para que, no respeito por todas as pessoas, com pressa e urgência possamos atingir, antes de tudo o mais, um regresso à paz para todos os que actualmente se encontram em guerra. De diversas formas esforçamo-nos por assegurar, na prática, o reconhecimento e o respeito por aquelas coisas consideradas mais sagradas pelo povo de Timor-Leste:- a sua religião, a sua família e a sua terra."

E acrescentam, mais adiante, os bispos católicos indonésios, citando a Gaudium et Spes:- "A paz não é ùnicamente a ausência de guerra, nem se reduz a um mero equilíbrio de forças adversas, nem provém de uma ditadura, mas define-se, com razão e propriedade, 'obra da justiça'."

Em meados de Março de 1984 é a vez da Comissão Nacional Justiça e Paz, em carta do seu Presidente, manifestar a sua preocupação, lembrar que "não é reconhecido, enfim, o direito fundamental do povo timorense à autodeterminação", e de pedir a intervenção "no sentido de apoiar o povo de Timor-Leste e levar a Indonésia a respeitar os seus direitos fundamentais."

Finalmente, em 28 de Março deste ano, o Conselho Permanente do Episcopado (Português) divulga uma nota, da mais alta importância, em que afirma, entre outras coisas:

> 2. Não obstante implicações de outra natureza que poderiam inventariar-se, é ilusório pensar que, por detrás dos tristes acontecimentos que ocorrem em Timor, não esteja a consciência de uma entidade nacional fortemente sentida, a qual não suporta ver-se reprimida ou aniquilada.
>
> Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria, e impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio físico, mas num genocídio, digamos, «cultural», este mais grave do que o primeiro, porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras.

(D. Minho, 29.3.84)

Em 20 de Fevereiro de 1984 a Amnistia Internacional divulgava os nomes de 23 pessoas recentemente presas pelas forças indonésias e posteriormente"desaparecidas". Entre elas figura o Padre Domingos Soares, de Ossu, Viqueque...

Depois de ter denunciado massacres, violações dos mais elementares direitos do homem e perseguições à Igreja, Monsenhor Ximenes Belo, em circular lida em todas as igrejas da sua diocese, exige mais justiça para o território (ver CP de 12.4.84)

A população de antiga colónia portuguesa de Timor-Leste é na maioria católica e o clero desempenha papel importante. Em Março último, o administrador apostólico de Dili Monsenhor Carlos Filipe Belo, distribuiu uma «circular», redigida em português, na qual reclamava nomeadamente «mais justiça» para os timorenses.

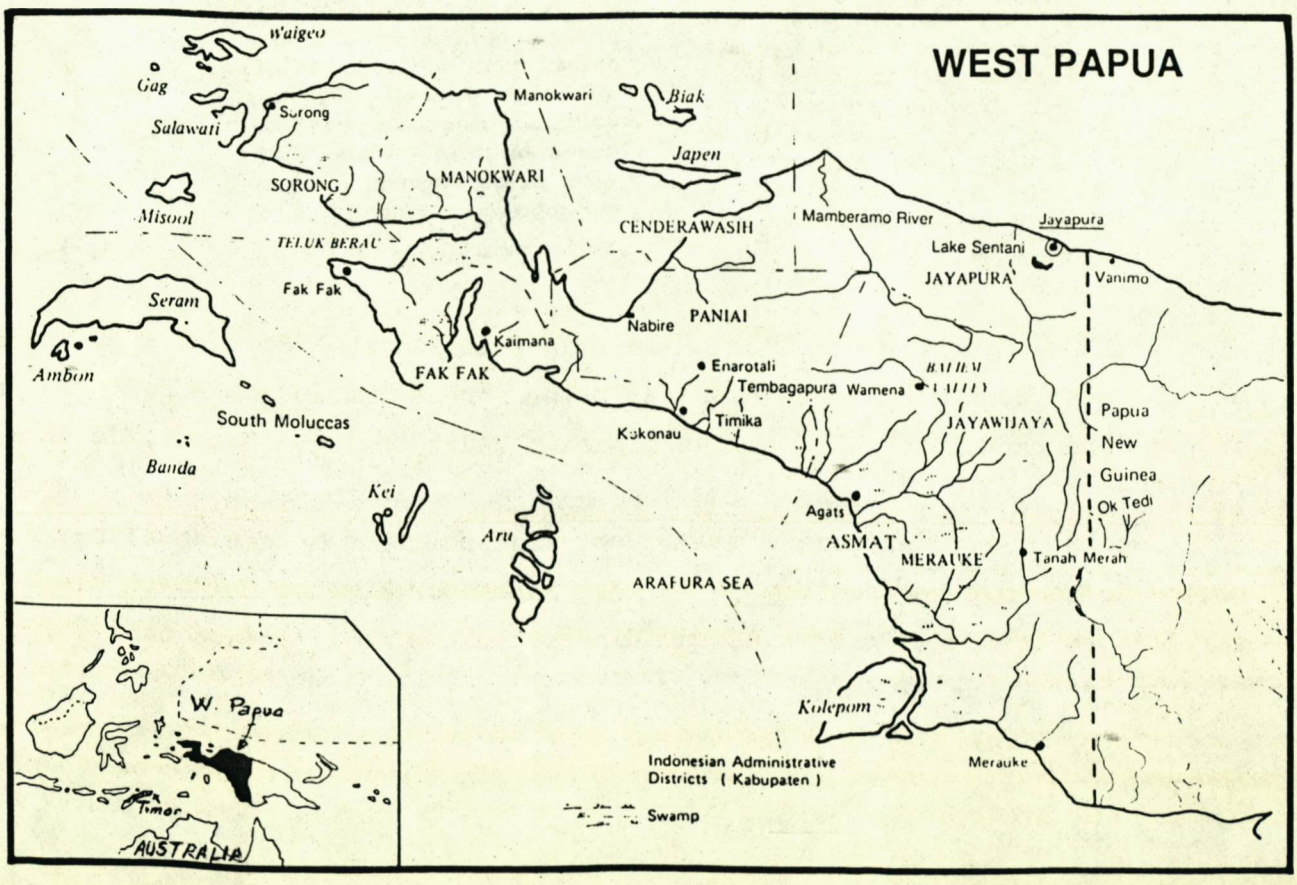
Esta carta que foi lida nas igrejas de Timor, provocou o descontentamento das autoridades indonésias locais, precisam as fontes religiosas.

«MAIS JUSTIÇA» –RECLAMA A IGREJA

Numa carta escrita anteriormente, em fins de Dezembro, Monsenhor Belo reclamara «mais justiça social», precisando que a «miséria» fustigava vários pontos de Timor-Leste. Monsenhor Belo recebeu uma «advertência» após esta carta por parte do bureau indonésio local para os assuntos religiosos.

Significará, tudo isto, que a Igreja se dispõe a reconhecer a integração de Timor-Leste na Indonésia e a esquecer o genocídio de todo um povo, que já deu tantos milhares, talvez mesmo uma centena de milhar de mártires cristãos?

A resposta parece ser óbvia. E se o Governo Português se preparava para reconhecer o "facto consumado" da integração com base nesse argumento, parece que o melhor que tem a fazer é rever a sua política, e assumir, efectivamente, uma posição digna e conforme ao direito internacional e às mais elementares normas de justiça e humanidade. E é bom que tenha em conta que o sentimento nacional do povo Maubere é uma realidade insofismável, e tão forte que nem oito anos de guerra, que contra ele moveu, já, o mais poderoso exército da região, nem duzentos mil mortos, o conseguiram quebrar. Antes pelo contrário, o sentimento pátrio não cessa de aumentar entre os timores, de tal modo que, nem que matassem o Xanana (como já fizeram ao Presidente Nicolau Lobato...), ou qualquer outro dirigente da Fretilin que se lhe seguisse, a resistência prosseguiria!



3.- A PSEUDO-SOLUÇÃO "IRIAN JAYA" (GUINE PAPUA OCIDENTAL)

Para as autoridades de Jakarta Timor-Timur (Timor-Leste) é a 27ª província, a mais jovem de todas, fruto da "escolha" que, em 1976, "fez" o seu "povo" - isto é, 28 membros escolhidos a dedo para formar uma "Assembleia Popular Representativa". Até à data a ONU não reconheceu a integração.

Irian-Jayà é a 26ª província da República Indonésia, tendo-se integrado nela em virtude de um "acto de livre escolha" ("act of free choice"), realizado em 1969, no contexto de resoluções aprovadas pelas Nações Unidas, e ao qual os papuanos chamam o "acto de não escolha" ("act of no choice").

Na segunda-feira, 13 de Fevereiro de 1984, cerca das 7 horas da manhã, alguns militantes do Movimento de Libertação da Papua Ocidental (OPM -Organisasi Papua Merdeka) içam a bandeira da Papua Livre em frente ao Parlamento Regional, no centro da capital do território, Jayapura.

Culminavam,assim, cinco dias de acções da guerrilha na capital e arredores, que incluiram ataques a instalações militares, à central telefónica e aos serviços de telex - o que deixou Jayàpura sem estes meios de comunicação durante vários dias - e ainda operações contra a central eléctrica e os serviços de águas.

Estas acções envolveram cerca de três mil guerrilheiros da OPM, comandados por Joel Awom, um desertor papua que fora oficial da Brigada Móvel indonésia. Delas resultaram numerosos mortos, na capital, quer entre os guerrilheiros e a população, quer entre as forças indonésias.

Simultâneamente a guerrilha atacou outras cidades, nomeadamente Sorong, Fak-Fak, Manokwari, Biak e Wamena.

Em resposta, Jakarta enviou cerca de dez mil paraquedistas e comandos aerotransportados. E, como entretanto várias centenas de papuas ocidentais - quer simples populares, quer desertores do exército e da polícia e estudantes e professores universitários - tinham atravessado a fronteira e pedido asilo à Papua Nova Guiné, a aviação indonésia bombardeou postos, aldeias e campos de refugiados fronteiriços, o que motivou os protestos do Governo deste país.

Cerca de um mês depois destes graves incidentes, os combates ainda prosseguiam, nos arredores de Jayapura e doutras localidades.

Estes incidentes ilustram bem a importância que está a adquirir a resistência do povo papua à dominação javanesa.

Até dezembro de 1983 as divisões no seio da OPM limitaram-lhe a operacionalidade. Mas, ao que parece, essas divergências foram superadas, e a guerrilha começa a adquirir um novo vigor.

Para evitar as ilusões que alguém possa ter, de que basta a cobertura das Nações Unidas para que um processo de autodetermnnação, mesmo fraudulento, possa resultar, julgamos oportuno lembrar, muito sumáriamente, alguns factos mais importantes relacionados com este problema.

A Guiné Papua é a maior ilha do globo. Enquanto a parte ocidental foi colonizada pelos holandeses, a partir do século XVII (embora os primeiros homens brancos a chegar à ilha, em 1526, fossem portugueses), a metade oriental foi colónia alemã. No fim da 1ª Guerra Mundial, a Sociedade das Nações cedeu à Austrália a administração da antiga colónia alemã, que se tornou independente em 16.9.1979, com a designação de Papua-Nova Guiné, e que é um país membro da Commonwealth.

A parte ocidental, tendo estado sob administração holandesa (embora sem fazer parte das Indias Orientais Holandesas), foi reivindicada pela Indonésia.

Atendendo às grandes diferenças étnicas e culturais - população predominantemente melanésia e forte influência da religião católica - , e a interesses económicos -petróleo, gás e cobre -, a Holanda procurou promover um processo separado de autodeterminação, como desejava o povo Papua.

Sob pressão da Indonésia e dos Estados Unidos, em Agosto de 1962 é estabelecido o Acordo de Nova York, que foi ratificado pela Assembleia Geral da ONU.

Segundo este acordo, as autoridades holandesas transfeririam os poderes para uma administração transitória das Nações Unidas, que duraria de 1 de Outubro de 1962 até 1 de Maio de 1963, a qual, por sua vez, os transmitiria às autoridades indonésias nesta última data. Um "acto de livre escolha" deveria ter lugar até seis anos depois da implantação da administração indonésia!

E assim se fez. De nada valeu um apelo, feito em 3 de Dezembro de 1962, pela Assembleia Regional Papua, eleita por sufrágio universal directo em 1959, no sentido de haver um plebiscito sob a supervisão das Nações Unidas.

No dia 1 de Maio de 1963, quando as autoridades indonésias tomaram posse, o próprio Ministro da Cultura indonésio, Rusiah Sardjono, presidiu a uma gigantesca fogueira, na praça principal de Jayapura, em que foram queimados livros, bandeiras e outros símbolos da cultura e identidade papua.

No dia seguinte, a Assembleia Regional, que tinha sido eleita em 1959 por sufrágio universal, foi substituida por uma "Assembleia Regional Popular" de 38 membros escolhidos pelas autoridades indonésias. Algum tempo depois, foram proibidos os partidos e organizações papuanos, e autorizados, apenas, os indonésios. E, com recurso à repressão, foram sendo eliminados os principais opositores à integração.

Quando, em 1969, 1025 delegados, repartidos por 8 assembleias regionais, foram consultados, a sua "livre escolha" foi unânime, no sentido da integração... Os representantes das Nações Unidas que deveriam fiscalizar o acto, foram objecto de mil e um obstáculos. Mas, apesar das suas reservas, a ONU acabou por ratificar, formalmente, esta farsa. Não restava, ao povo da Papua Ocidental, outra alternativa que não fosse a resistência armada. E foi por aí que enveredou.

O caso de Timor-Leste é muito diferente deste.

Com efeito, do ponto de vista do direito internacional, as Nações Unidas nunca reconheceram a integração. Não há qualquer base legal para a Indonésia reivindicar o território, já que nunca foi colónia holandesa nem esteve sob sua administração. Além disso, a própria Indonésia sempre declarou, na ONU e fora dela, até à data da invasão, não ter reivindicações territoriais sobre esta meia ilha.

Também a situação, do ponto de vista da resistência, é muito diferente. Na Guiné Papua Ocidental as maiores dificuldades, para os javaneses, só agora é que estão a começar. Em Timor-Leste a prova está feita, de que a Indonésia não consegue ganhar militarmente.

No entanto, quando certos responsáveis políticos afirmam (ver JN de 18.3.84, por exº) que "as autoridades portuguesas veriam com interesse uma autonomia para Timor-Leste e no âmbito da própria Indonésia", e exprimem "a sua confiança no Secretário Geral da ONU na solução que ele vier a encontrar para Timor-Leste, no âmbito das Nações Unidas", e se esquecem de lembrar que tem de ser o povo do território a escolher, livremente, o seu futuro, parece estarem dispostos a aceitar qualquer solução que a Assembleia Geral da ONU possa ratificar, mesmo que ela não seja totalmente límpida.

Se o "acto de livre escolha", na Guiné Papua Ocidental, por ter sido uma farsa, conduziu à guerrilha, em Timor-Leste, com muitíssimo mais forte razão, qualquer solução imposta ao povo Maubere, mesmo que ela seja bem vista e aceite por algumas autoridades portuguesas, e possa ser ratificada pela ONU, se não corresponder à vontade, livre e autênticamente expressa por este povo, não será solução nem terminará com a resistência armada à ocupação estrangeira.

4.- ESTADO PORTUGUES: -RESPONSÁVEL OU IGNORANTE?

Ao olharmos para trás, e ao vermos qual foi a posição do Estado Português ao longo destes últimos dez anos, o que parece ressaltar é a ignorância e desinteresse dos principais responsáveis políticos. Ignorância não tanto dos interesses indonésios ou das grandes potências na área, mas sobretudo da realidade timor. E desinteresse, raiando a apatia, pelo que lá se tem passado.

E terrível constatar a indiferença com que se deixa morrer, num território sob administração portuguesa, cerca de duzentas mil pessoas que, de acordo com o direito internacional, são cidadãos sob jurisdição portuguesa, como muito bem lembrou o deputado Sottomayor Cardia na sua intervenção na Assembleia da República em 3 de Abril de 1984.

E terrível constatar a apatia com que reage o Estado Português perante a bárbara ocupação, por uma potência estrangeira, dum território sob sua administração.

Aparentemente, partiu-se do pressuposto de que Timor nunca poderia ser independente. E, semana após semana, mês após mês, ano após ano, os Orgãos de Soberania parecem esperar que a resistência se cale de vez, que a integração deixe de ter opositores, para encontrarem, finalmente, justificação para o que deixaram de fazer ao longo de todos estes anos.

E lamentável que alguns dos principais órgãos de comunicação social deste país tenham, no ano passado, tratado as conversações preliminares de Março, entre o dirigente máximo da Fretilin e as Autoridades Indonésias em Timor-Leste, como se duma rendição se tratasse. E é lamentável que, ao nível do Estado, ninguém fosse capaz de desmentir essas falsas notícias e, antes pelo contrário, na sua ignorância sobre a situação no território, alguns responsáveis se mostrassem mesmo convencidos de que se tratava de uma rendição, ou se comportassem como se de tal se tratasse.

De facto, quem ao fim de mais de oito anos de ocupação, ainda não criou os mecanismos necessários para colher informações sobre a situação em Timor-Leste, através dos refugiados, através dos padres e missionários que estão em Timor, através do movimento de libertação do território (Fretilin), coloca-se em situação de ser fàcilmente enganado. As embraixadas indonésias, bem como os estados seus aliados ou parceiros comerciais, naturalmente que defendem os seus interesses, e expõem, apenas, as teses que lhes convém. Ir, como fez o Embaixador Queiroz de Barros, auscultar os governos dos principais aliados da Indonésia na região, para fundamentar uma política, sem auscultar o sentir e o querer do povo de Ti-

mor-Leste, nem se informar, convenientemente, sobre a sua situação e luta, é criar, à partida, condições propícias à conivência com o ocupante e seus interesses.

O pretenso realismo dos dirigentes políticos que aceitam a integração como um facto consumado assemelha-se, tràgicamente, à dos dirigentes da UDT que, em 1975, se dispuzeram a "seguir a linha política indonésia", como se outra solução não existisse. Ao seguir essa linha política, e ao fazerem o golpe de 10 para 11 de Agosto de 1975, esses dirigentes não estavam a ser mais do que joguetes nas mãos do poderoso vizinho (como vieram depois a verificar, mas já tarde de mais!...). O dramático resultado desse erro está, tristemente, à vista...

Que mais será necessário para mostrar que o sentimento nacional do povo Maubere é uma realidade mais forte do que um império?

Quando este povo sobrevive, ao fim de mais de oito anos de guerra, às mais bárbaras destruições de vidas, de haveres e de culturas, haverá ainda alguém que duvide da sua capacidade para a auto-suficiência?

Quem ousará dizer, hoje, que Timor-Leste - cuja área é um pouco superior à do território de Portugal a norte do rio Douro, e onde dezenas de milhares de soldados indonésios, apoiados por caças, bombardeiros e helicópteros, se perdem, e desistem de lutar contra a Fretilin -, é demasiado pequeno para poder ser um estado independente?

Cerca de 5 vezes maior do que Cabo Verde, com chuvas abundantes, florestas, planícies férteis, múltiplos climas e culturas, e mar rico em peixe e em petróleo, quem se atreverá a dizer que Timor-Leste não tem condições para ser independente?

E quem dirá, ainda, que a Indonésia não abandonará Timor, se os seus soldados já se cansaram de combater e morrer por uma causa injusta, numa guerra que os atemoriza e envergonha?

Só a ignorância ou o servilismo é que podem alimentar teses pretensamente realistas que justifiquem uma política de alheamento ou um "lavar de mãos" deste dramático problema.

De acordo com o direito internacional e com a Constituição da República, Portugal tem responsabilidades inalienáveis, relativamente ao povo de Timor-Leste, e essas tremendas responsabilidades não são compatíveis com a ignorância, que tem prevalecido ao longo de todos estes anos, sobre a realidade timor. Permanecer, como a avestruz, de cabeça enterrada na areia, à espera que o problema se resolva por si -à custa do genocídio do povo Maubere -, não seria só pouco inteligente; seria, também, criminoso!

O Povo e o Estado Português têm gravíssimas responsabilidades, pelas quais terão que responder perante o povo mártir de Timor-Leste e perante a comunidade internacional, as quais não podem enjeitar. Para as assumirem de forma responsável, é necessário, antes de mais, informarem-se!

5.- UMA DESCOLONIZAÇÃO A FAZER

O direito internacional é claro, ao considerar que é ao povo de Timor-Leste - como a qualquer outro nas mesmas circunstâncias - que compete decidir do seu próprio futuro.

A Constituição da República também é clara, ao afirmar que "Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste" (Artº 297º).

O próprio texto deste artigo afirma a sujeição ao direito internacional. E, ao afirmar que cabe a Portugal promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste, não nos parece que esteja a afirmar que a solução futura só possa ser a independência. Se, porventura, o povo do território optasse, em plena liberdade, por outra solução, de acordo com o direito internacional Portugal deveria aceitá-la. O que a Constituição obriga, em nossa humilde opinião, é promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste, se fôr essa a vontade do seu povo. Ora, ao fim de oito anos de ocupação, não parece haver dúvidas de que as cerca de 200 mil vítimas deste terrível genocídio, não morreram apenas para alcançar a autonomia no seio da Nação Indonésia, mas para conquistar a liberdade do Povo Maubere a dispôr dos seus destinos na sua própria Pátria.

Alguns responsáveis políticos portugueses parece não terem a mesma opinião. Basta ver, por exemplo, "O Jornal" de 30.3.84:

A proposta de Jaime Game procura superar o obstáculo constitucional, pondo à cabeça a defesa dos «princípios gerais de direito dos povos à autodeterminação», o que, no contexto da ONU, pode significar integração, autonomia ou independência. Gama considera que a situação é irreversível e entende que é necessário ter em linha de conta os outros pressupostos de uma nova actuação política em relação a Timor, conseguindo através de negociações com a Indonésia coisas concretas. A saber: repatriamento de certos timorenses, designadamente os antigos funcionários públicos, abertura de um consulado português em Timor-Leste — sem dúvida, o te Dili, etc.

A tese de Gama tem, ainda, em conta outros dados. Na verdade, as Necessidades consideram que uma nova votação na ONU sobre a autodeterminação de Timor seria, muito provavelmente, desfavorável a Portugal, devido aos importantes apoios de que Jacarta desfruta por parte dos Países Não Alinhados e Islâmicos. Ultimamente, mesmo capitais como Paris e Moscovo estão muito mais sensíveis aos argumentos (leia-se interesses económicos) do general Suharto. «homem forte» da Indonésia.

Quanto aos EUA apoiam-no inteiramente: e a invasão de Timor (seguida do que tem sido considerado um verdadeiro genocídio do povo maubere) ocorreu no dia seguinte a sair da Indonésia o presidente americano e o secretário de Estado Kissinger.

Por outro lado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros argumentará, tamém, com o facto de que a própria Fretilin, que luta pela independência de Tirmor-Leste, teria admitido que tal objectivo era impossível de alcançar.

Esta notícia merece-nos alguns comentários:

a)- O primeiro diz respeito ao modo como o Ministro dos Negócios Estrangeiros terá sabido que a Fretilin teria admitido que a independência era impossível. Com efeito, temos conhecimento de que os representantes da Fretilin em Lisboa têm tentado, por diversas vezes, ser recebidos por Sua Excelência, e não lhes tem sido concedida audiência...

b)- O segundo comentário é de que a posição do Ministro nos parece ser um exemplo claro das desastrosas consequências que pode ter, para a política portuguesa, a desinformação sobre a realidade interna de Timor-Leste. Basta ter em conta o que vimos na primeira parte, sobre a situação militar no território, que nunca foi tão favorável à resistência.

c)- O terceiro é de que concordamos que a passividade diplomática portuguesa conduziu a uma situação muito difícil nas Nações Unidas. A manter-se, como se tem mantido, a inoperacionalidade portuguesa no plano internacional, arriscamo-nos, de facto, a ver derrotada qualquer nova moção que, sem preparação prévia, sem divulgação de informações e sem negociações atempadas com os estados membros da ONU, Portugal venha a apresentar em 1984.

E, se por um lado, felicitamos o Ministro dos Negócios Estrangeiros pela consciência que tem da gravidade da situação no plano diplomático e pela prudência de que deu provas, em 1983, ao propôr um adiamento da votação nas Nações Unidas, para evitar um desaire, não podemos deixar de o criticar pela ignorância sobre a situação interna e a luta de resistência em Timor-Leste, e pela consequente incapacidade da diplomacia portuguesa para ter um papel mais activo e positivo na resolução deste dramático problema.

d)- Finalmente, se o objectivo do Ministro é iniciar negociações com a Indonésia, é disparatado dar a entender, logo à partida, que se trata de reconhecer a integração de Timor-Leste como um facto consumado e se procura, apenas, repatriar certos timorenses, abrir um consulado, etc....

A notícia referida, bem como outras de teor semelhante, leva-nos directamente a uma questão fulcral:

- Alguns responsáveis políticos portugueses querem encontrar uma solução para Timor-Leste, e, pelas declarações, quer do Primeiro Ministro, ao regressar dos Estados Unidos (ver o JN de 18.3.84), quer do Ministro dos Negócios Estrangeiros, pouco antes da reunião do Concelho de Estado de 30.3, até parece que já a teriam na manga, e que seria a autonomia no seio da Nação Indonésia.

Ora, como já vimos atrás, há dois aspectos fulcrais que não podem ser esquecidos:

1º.- E ao povo de Timor-Leste que cabe decidir do seu futuro, e não ao Estado Português;

2º.- A Portugal cabe "promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste", como diz a Constituição no seu artigo 297º.

Isto é, as autoridades portuguesas, em vez de se informarem e de defenderem, nos areópagos internacionais e fora deles, o direito à independência de Timor-Leste, como lhes competia, esquecem essa inequívoca obrigação e, em contrapartida, ao dizerem, como o Primeiro Ministro Mário Soares, que "as autoridades portuguesas veriam com interesse uma autonomia para Timor-Leste e no âmbito da própria Indonésia" (JN de 18.3.84), esquecendo-se de salientar que é ao Povo Maubere que cabe escolher o seu destino, parece disporem-se a decidir por ele!

A nosso ver há aqui uma dramática inversão de posições :- Os responsáveis portugueses têm deixado para o povo de Timor-Leste e seus amigos a defesa do seu direito à autodeterminação e independência. Náo só no terreno, onde as forças armadas portuguesas não têm tido a mínima participação e é a Fretilin quem organiza a resistência à ocupação desse território que, do ponto de vista da soberania, continua sob responsabilidade de Portugal, como lembrou o deputado socialista Sottomayor Cardia no parlamento em 3.4.84. Mas até no plano diplomático, na recolha e divulgação de informações e na defesa dos direitos deste tão martirizado povo, que tem sido mais bem feita por terceiros do que pelo Estado Português.

Parece, pois, que os governantes portugueses querem guardar para si o direito de negociar soluções com o ocupante, em conversações nas quais o movimento de libertação do território teria, apenas, o estatuto de observador!

Globalmente, e a acreditar nos jornais, estamos perante uma situação que é, quase, o inverso daquilo que o direito internacional e a Constituição da República estipulam...

Quando, no ano passado, os dirigentes da Fretilin, em Lisboa, pretenderam apresentar aos Órgãos de Soberania Portugueses, o Plano de Paz que os dirigentes deste movimento tinham apresentado, em 23 de Março de 1983, às autoridades de ocupação indonésias, aquando das conversações preliminares de Lari Guto, não foi possível encontrar mecanismos que viabilizassem tais encontros. Apesar da Fretilin ser, como o deputado Sottomayor Cardia lembrou na Assembleia da República "uma organização internacionalmente reconhecida como movimento de libertação nacional" e de existir "sem oposi-

ção do Estado Português", ainda não tem sido possível o diálogo directo entre os representantes deste movimento e os Órgãos de soberania aos quais a Constituição atribui particular competência para a resolução deste problema. Nem mesmo depois de, em Março do ano passado, as autoridades de ocupação indonésias se terem sentado à mesa das conversações com o responsável máximo deste movimento!

Não estamos a propôr que o Estado Português reconheça a Fretilin como "o único e legítimo representante" do povo de Timor-Leste, mas sim que a trate como o único movimento de libertação do território, como tal reconhecido internacionalmente. Propomos, igualmente, que seja tratada como a organização que, embora sem qualquer apoio das Forças Armadas Portuguesas, tem combatido, com enormes sacrifícios e heroicidade, a ocupação de um território sob administração portuguesa.

No seu Plano de Paz, ao propôr a realização de consultas livres e democráticas ao povo de Timor-Leste (depois de serem criadas as condições necessárias para que essa liberdade e democraticidade sejam possíveis) é a Fretilin quem se coloca na posição mais democrática e mais consentânea com o direito internacional, que consiste em respeitar a soberania que só ao povo pertence (posição que o democrático Estado Português -ou alguns dos seus órgãos - parece, por vezes, esquecer...).

É triste, ao fim de todos estes anos, que o Estado Português não tenha criado, ainda, os mecanismos mais adequados para se informar convenientemente sobre a situação em Timor-Leste e para dialogar com o seu povo, os seus refugiados e o seu movimento de libertação.

Sem criar, primeiro, esses mecanismos, e sem os implementar, de forma eficiente, Portugal não pode desempenhar, no contexto internacional, as suas obrigações de "promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste". Enquanto não o fizer, Portugal não estará a respeitar, nem a Constituição, nem o dircito internacional.

E mesmo depois de implementar plenamente estes mecanismos, não é a Portugal que cabe escolher o futuro do Povo Maubere, mas sim ao Povo do território.

P etender decidir pelo povo de Timor-Leste, e negociar com a potência ocupante em seu nome e sem o consultar, seria o acto mais colonialista jamais praticado por Portugal para com o povo Maubere.

A descolonização de Timor-Leste é, indubitàvelmente, uma responsabilidade portuguesa. Mas a escolha do futuro político do território é, sem sombra de dúvida, um direito do seu povo. Só quando Portugal promover e garantir esse direito é que a descolonização ficará feita.